



Fecomércio PE

Sesc | Senac

Instituto Fecomércio

Boletim Conjuntural
Novembro | 2017

Boletim Conjuntural

Novembro | 2017

1. CONJUNTURA NACIONAL

A economia brasileira deve apresentar, no ano de 2017, algo como 0,73% de crescimento do PIB, conforme estimativa que consta do último Boletim Focus¹. Dessa forma, mesmo sendo uma variação positiva sem muita expressividade, trata-se de resultado que, em termos relativos, é bem melhor do que o observado nos três anos anteriores: 2014, PIB praticamente estável (crescimento de 0,5%); 2015, queda de 3,8%; e, em 2016, declínio adicional de 3,6%. Evidente que, depois de o país atravessar a mais profunda e prolongada recessão econômica, esse desempenho mesmo modesto e com uma produção de bens e serviços – em termos absolutos – ainda bastante inferior à que foi registrada nos três anos anteriores, é um resultado a ser comemorado. Alimentam-se expectativas de que o país finalmente venha a entrar em rota de crescimento sustentado da economia. Essas expectativas se fortalecem com a trajetória de declínio da inflação e dos juros e recuperação do mercado de trabalho, a despeito deste ocorrer ainda em ritmo lento. Por outro lado, o volume de investimentos, mola propulsora da economia, caiu muito nos últimos anos, ainda não registra sinais de uma recuperação significativa, apesar de um resultado positivo no 3º trimestre de 2017. A formação bruta de capital fixo (indicador de investimento) registra queda de 3,6% no resultado acumulado do ano (janeiro a setembro). Em suma, esse é o cenário econômico deste final de ano.

Por outro lado, a despeito desses aspectos econômicos positivos, o cenário político tem como fator central a figura de um presidente sem uma base parlamentar consolidada e sem apoio popular, portanto sem condições de avançar de forma significativa em urgentes reformas estruturais de que o país necessita. Adicione-se a esse quadro político adverso o ambiente de proximidade de um ano eleitoral, para escolha de presidente, governadores, deputados e senadores – o que inclui postulantes envolvidos em denúncias de corrupção. Portanto, no geral, uma situação política que pode, de alguma forma, retardar o processo de recuperação econômica que se vislumbra. Em síntese, não fosse a questão política – que também explica em parte o pouco dinamismo do investimento – poderia se ter maior segurança de que finalmente o país tivesse retomado um processo de recuperação sustentada da economia.

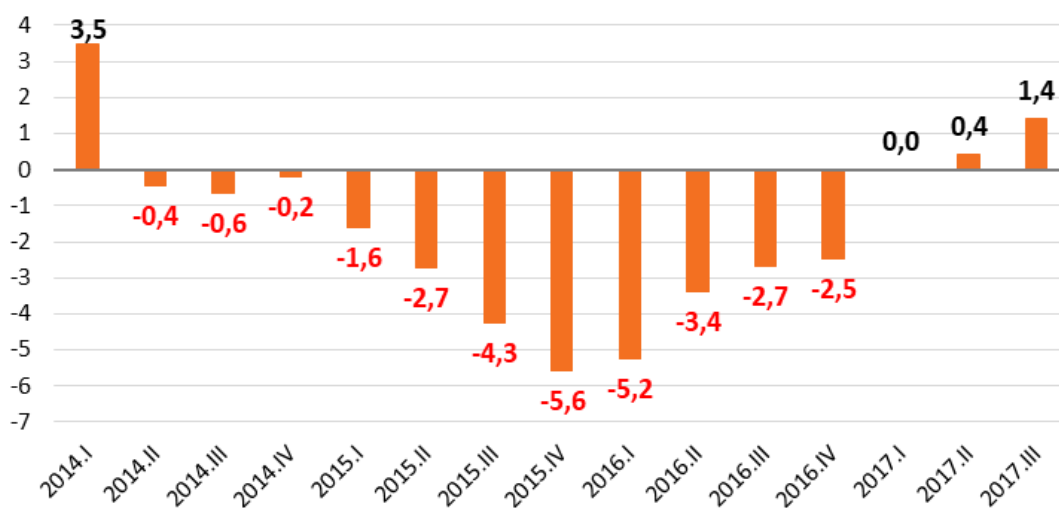
A conjuntura econômica nacional pode ser melhor apreciada com a utilização de dados trimestrais (IBGE) – cotejo entre o nível de produto em determinado trimestre comparativamente ao resultado alcançado no correspondente trimestre do ano anterior. Esses dados (**Gráfico 1**) revelam que o Produto Interno Bruto do país, depois de 11 trimestres consecutivos de variações negativas, alcança a estabilidade no 1º trimestre de 2017 (variação de 0,0%) e registra, no 2º trimestre deste ano, a primeira variação positiva (0,4%), variação que se intensifica no 3º trimestre (1,4%). Entretanto

¹Ver “Focus - Relatório de Mercado” (BCB) [24 de novembro de 2017]. Documento eletrônico disponível em PDF: <http://www.bcb.gov.br>

destaque-se que desde o último trimestre de 2015, as variações se mantiveram negativas, porém menos intensas: -5,8% no quarto trimestre de 2015, -5,4% no primeiro de 2016; -3,6% no segundo; -2,9% no terceiro; -2,5% no quarto; 0,0% no primeiro deste ano. Logo, o resultado levemente positivo do segundo trimestre deste ano e um pouco mais elevado no trimestre seguinte, chancela a evolução de sistemática redução do ritmo de declínio observada em seis trimestres consecutivos e de possível acesso à

rota de recuperação sustentada da economia, consideradas as ressalvas já assinaladas. Esses últimos dados reforçam a expectativa de que se mantenha uma aceleração do crescimento do PIB no final deste ano, e, portanto, que o resultado final acumulado do ano seja, de fato, de um crescimento próximo de 1%. O índice acumulado do PIB neste ano (janeiro a setembro), segundo o IBGE, apresenta uma variação de 0,6%, em relação ao mesmo período de 2016.

Gráfico 1 - Brasil: variação trimestral do PIB a preços de mercado, em % - 1º Trimestre/2014 ao 3º Trimestre/2017 (base: mesmo trimestre do ano anterior)

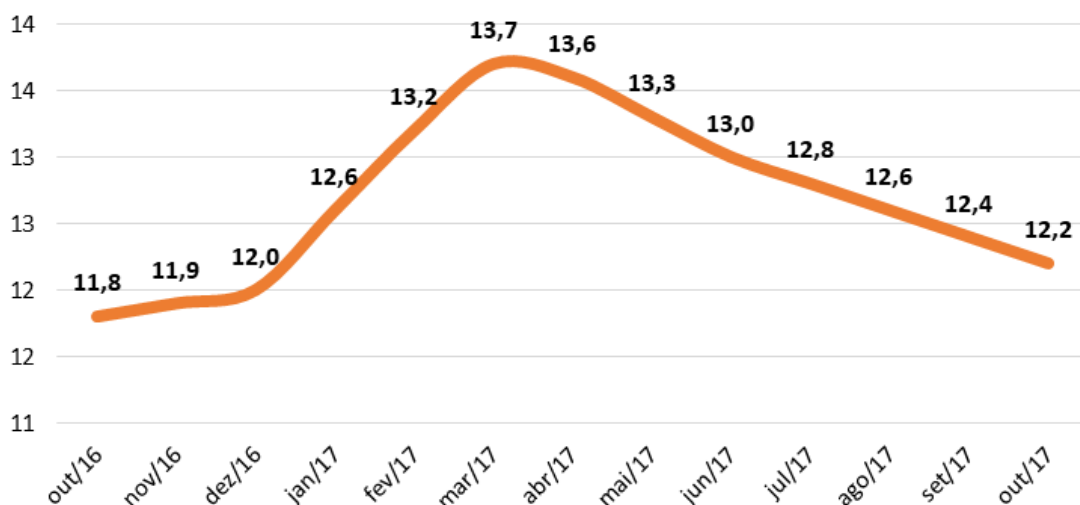


Fontes: Contas Nacionais Trimestrais/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

O mercado de trabalho, em associação com o caminho de recuperação da economia, também vem evoluindo de forma positiva nos últimos trimestres. De fato, informações recentes da PNAD Contínua/IBGE mostram que no trimestre ago-set-out de 2017 a taxa de desemprego declina para 12,2%, depois de ter atingido um nível máximo de 13,7% no primeiro trimestre deste ano, como ilustrado no **Gráfico 2**. Contudo, o nível de desemprego

continua ainda mais elevado do que o observado no mesmo período de 2016, quando a taxa de desocupação era de 11,8%. Em termos absolutos, são 12,7 milhões de pessoas desocupadas. Além disso, a redução da taxa de desemprego vem sendo acompanhada pelo aumento da informalidade, o que em geral se associa a empregos de remunerações mais baixa e sem a necessária proteção previdenciária.

Gráfico 2 - Brasil: taxa de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade (média móvel trimestral), em % - outubro/2016 a outubro/2017



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: Considera a média móvel trimestral do universo das pessoas de 14 anos ou mais desocupadas e na força de trabalho, sendo o mês de referência tomado como limite superior do trimestre.

Outro aspecto também positivo é que o número de admissões em postos formais de trabalho, desde abril deste ano, tem superado o de demissões, o que se traduz em saldo positivo, embora ainda relativamente baixo. O saldo positivo, no período de janeiro a outubro de 2017, foi de 302.190 empregos. Nesse mesmo período do ano de 2016, o saldo era negativo em 730.417: portanto muito mais demissões do que admissões. No geral, são dados que indicam uma

melhoria, mas que ainda não representam uma recuperação robusta do mercado de trabalho formal. Setorialmente, esse saldo cresceu mais nos serviços (138.779), seguindo-se indústria de transformação e agropecuária. Em termos negativos, o comércio continua liderando, com um saldo de -41.608 empregos, seguido pelo setor de construção, com -30.545, conforme a **Tabela 1**.

Tabela 1 - Brasil: saldo da movimentação do emprego formal janeiro-outubro/2016, outubro/2017 e janeiro-outubro/2017

SUBSETOR	JAN/16-OUT/16	OUT/17	JAN/17-OUT/17
Agropecuária	62.541	-3.551	105,091
Indústria Extrativa	-7.350	-532	-2.393
Indústria de Transformação	-138.823	33.200	116.650
Têxtil	-2.897	2.235	29.250
Madeira e Móveis	2.362	2.080	25.256
Química	23.372	678	13.357
Alimentos e Bebidas	1.572	20.565	40.047
Outras Indústrias	-163.232	7.642	8.740
SIUP	-7.944	-729	-1.876
Construção	-224.268	-4.764	-30.545
Comércio	-239.480	37.321	-41.608
Serviços	-190.583	15.915	138.779
Profissionais, técnicos e adm.	55.619	842	69.083
Saúde	43.417	4.694	51.026
Educação	-131.073	7.628	40.392
Outros Serviços	-158.546	2.751	-21.722
Administração Pública	15.490	-261	18.092
Total	-730.417	76.599	302.190

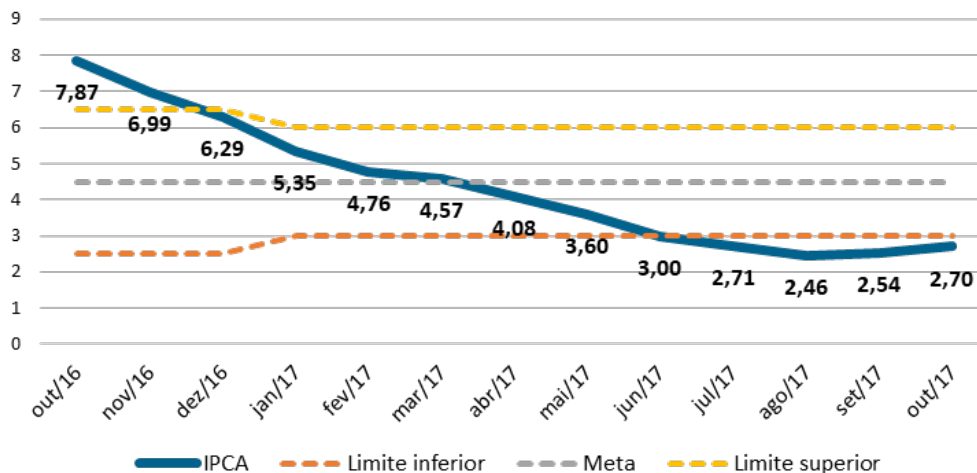
Fonte: Caged/MTE.

(*) Saldo ajustado, considerando as informações fora do prazo de janeiro/2014 a junho/2017.

No que diz respeito à inflação, consolida-se um processo de desaceleração (**Gráfico 3**). Nesse sentido, registre-se que o IPCA - indicador de inflação de 12 meses - atingiu, em outubro deste ano, a marca de 2,70%. Ou seja, embora um pouco acima dos 2,54% observados em setembro, ainda se situa abaixo do limite inferior da meta do Banco Central (3%). Portanto mesmo tendo-se em conta que parte da explicação para preços contidos se deve à demanda enfraquecida,

o resultado em termos de redução da inflação, em princípio, é favorável, via redução da taxa de juros, a retomada dos investimentos, do consumo das famílias e à redução dos encargos da dívida pública. Contudo reitera-se que ainda não se observou uma reação significativa da taxa de investimento, o que potencialmente contribuiria para que o país avançasse na direção de uma recuperação econômica sustentável.

Gráfico 3 - Brasil: inflação (IPCA) em 12 meses, em % - outubro/2016 a outubro/2017

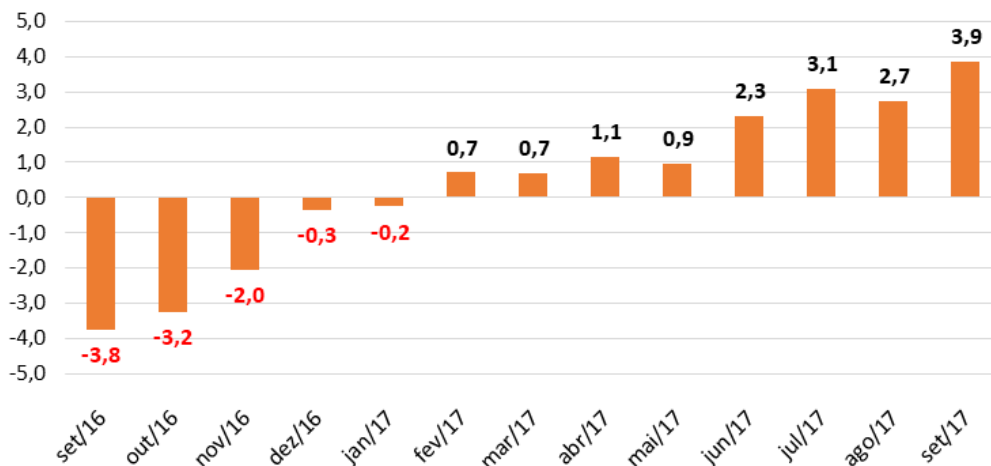


Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Saliente-se que trajetória de inflação declinante e alguma melhoria do mercado de trabalho atuam no sentido de aumentar a massa real de salário e, conseqüentemente, cresce o potencial de consumo das famílias. De fato, de acordo com o IBGE, a massa real de salários – fator básico para o aumento do consumo

familiar – apresenta variações positivas desde o segundo mês deste ano, em termos reais (ver **Gráfico 4**). Esse ganho real atua positivamente sobre o poder de compra das famílias e justifica a reação favorável com respeito a vendas no varejo.

Gráfico 4 - Brasil: variação real da massa de rendimentos do trabalho (média móvel trimestral) das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas, em % - setembro/2016 a setembro/2017 (base: mesmo período no ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

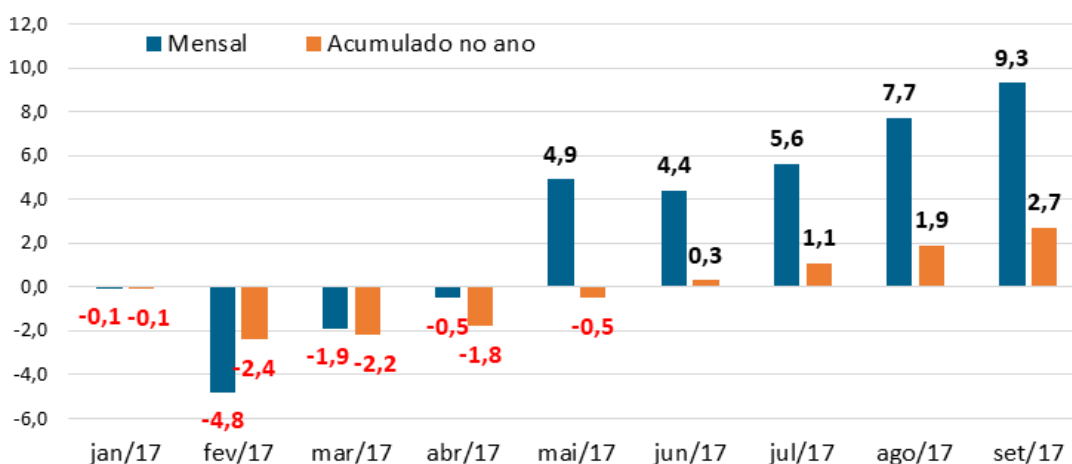
Nota: Utiliza a média móvel trimestral da massa de rendimentos recebida em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais ocupadas e com rendimento de trabalho. A média calculada considera o mês de referência, em cada divulgação, como limite superior. Os valores da série são corrigidos mensalmente utilizando-se o deflator (IPCA) do mês intermediário.

Continua crescendo o volume mensal de vendas do varejo

Informações sistematizadas no **Gráfico 5** revelam que o comércio varejista ampliado – agregado que resulta do acréscimo de ‘veículos, motocicletas, partes e peças’ e ‘materiais de construção’ ao conjunto de segmentos que compõem o varejo propriamente dito – apresenta,

no país, considerado o resultado acumulado do ano (janeiro a setembro), uma variação positiva de 2,7%. O resultado mensal de setembro de 2017 também é positivo (9,3%), quando comparado com o observado em igual mês do ano passado. Como se vê, mês a mês, desde junho, cresce mais fortemente o volume de vendas do varejo, tanto no resultado mensal quanto no acumulado do ano.

Gráfico 5 - Brasil: variação mensal e acumulada no ano do Comércio Varejista Ampliado, em % janeiro/2017 a setembro/2017 (base: mesmo período no ano anterior)

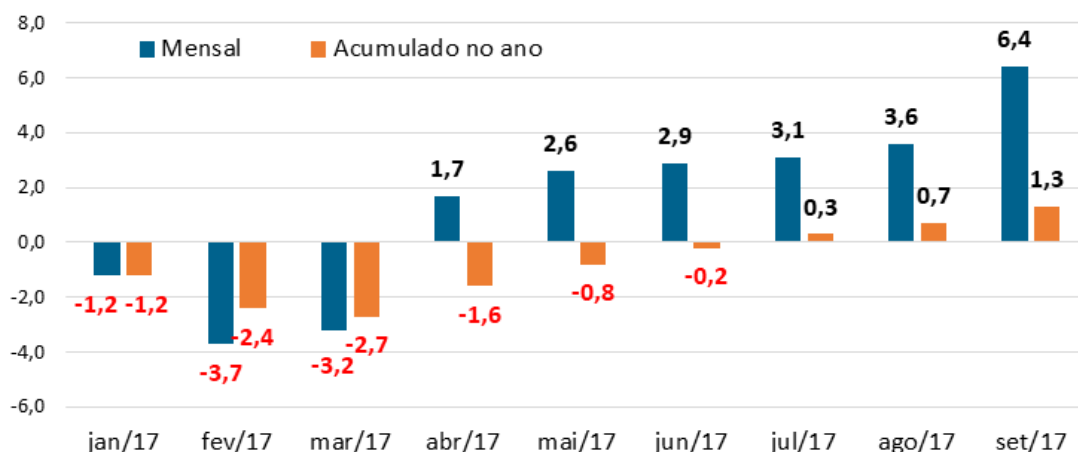


Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

No que diz respeito ao varejo restrito, cujo desempenho dos indicadores (acumulado e mensal) é ilustrado no **Gráfico 6**, verifica-se que o volume das vendas também cresce: 1,3% no acumulado e 6,4% no resultado mensal. Ademais, também se observam variações positivas crescentes, nesse

caso, a partir de julho, tanto no desempenho mensal quanto acumulado do ano. Portanto são dados que indicam que no ano de 2017 o volume de vendas será, com certeza, superior ao do ano de 2016, tanto no varejo ampliado quanto no restrito.

Gráfico 6 - Brasil: variação mensal e acumulada no ano do Comércio Varejista, em % janeiro/2017 a setembro/2017 (base: mesmo período no ano anterior)



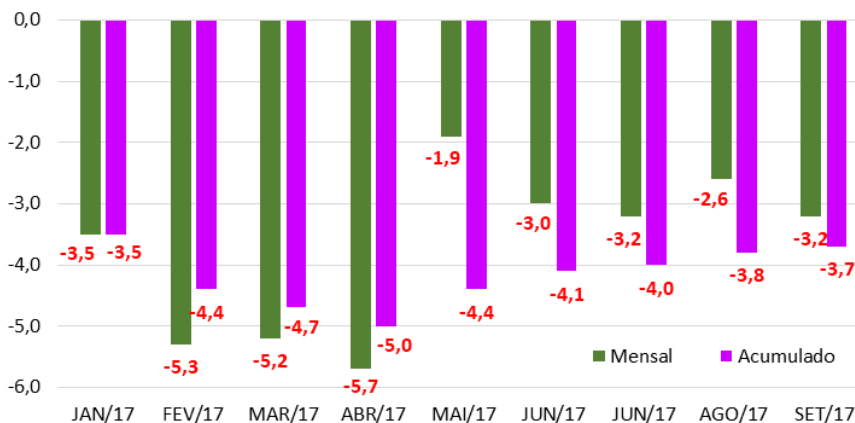
Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Modesta redução do ritmo de queda do volume de serviços em 2017

Considerado o forte declínio da economia brasileira, por um longo período, é natural que também se tenha uma trajetória de declínio do volume de serviços. E, de fato, o volume de serviços registra variação negativas em todos os meses do ano, tanto no índice mensal quanto no acumulado do ano. Contudo, a partir de maio, observa-se uma trajetória de modesta

redução da intensidade da queda no resultado acumulado do ano (Gráfico 7). Esse comportamento, com pequena redução de intensidade do declínio, é distinto do que vem ocorrendo no comércio - que já apresenta resultados positivos. Logo, diferente do que ocorre no varejo, os dados sobre o desempenho do setor de prestação de serviços não permitem alimentar expectativas de que o segmento tenha em 2017 um desempenho superior ao de 2016.

Gráfico 7 - Brasil: variação mensal e acumulada no ano do volume de Serviços, em % - janeiro/2017 a setembro/2017 (base: mesmo período no ano anterior)



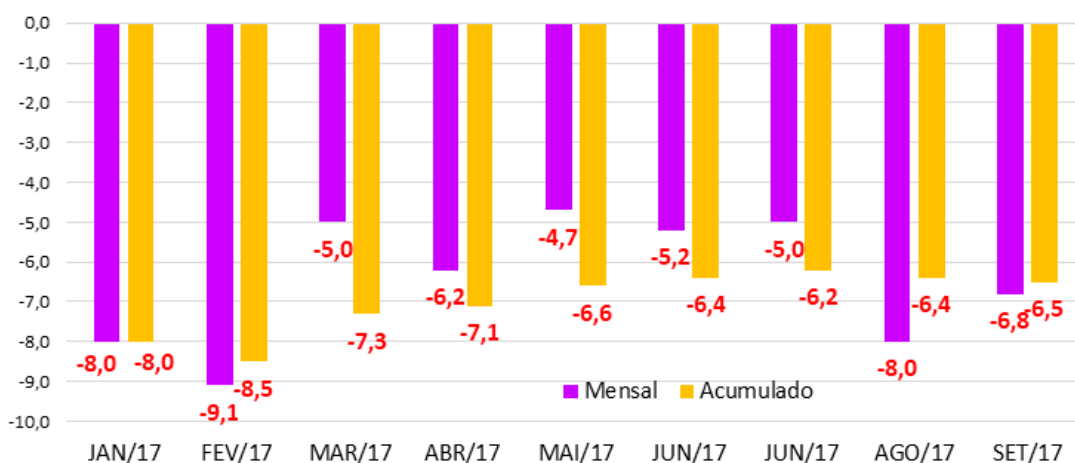
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Declínio do volume de atividades turísticas continua forte

No âmbito do setor de prestação de serviços, o conjunto de atividades vinculadas a turismo apresenta no ano de 2107 variações negativas ainda mais intensas do que as registradas para o setor de serviços como um todo, conforme os indicadores mensal e acumulado, em comparação com iguais períodos de 2016 – **Gráfico 8**.

O indicador acumulado que, a partir de maio, apresentou uma trajetória negativa, mas ligeiramente declinante, volta a se intensificar a partir de junho, culminando com um declínio de 6,5% em setembro. Por sua vez, o indicador mensal não tem uma trajetória definida, mas ao longo do ano os resultados são todos fortemente negativos, sendo de -6,8% a variação observada em setembro.

Gráfico 8 - Brasil: variação mensal e acumulada no ano do volume de Atividades Turísticas, em % janeiro/2017 a setembro/2017 (base: mesmos períodos do ano anterior)



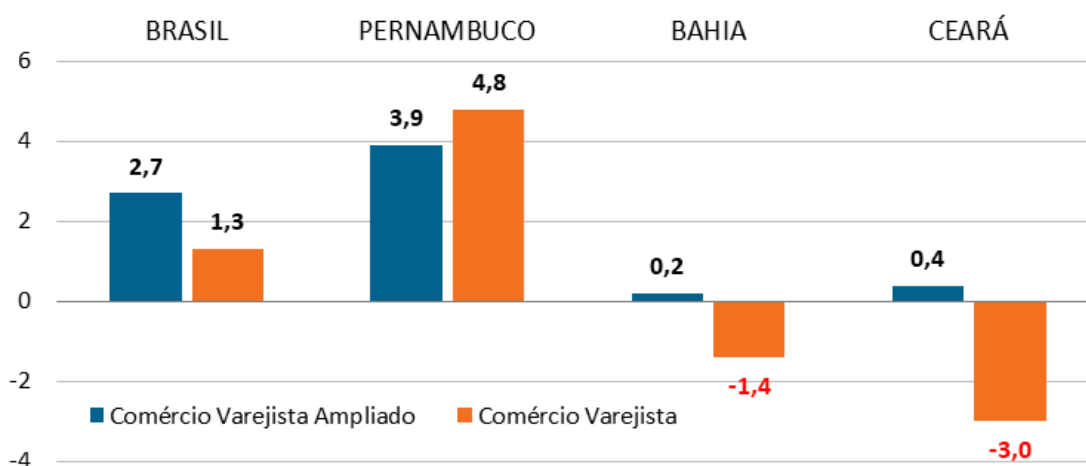
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

2. DESEMPENHO DO COMÉRCIO VAREJISTA E DOS SERVIÇOS EM SETEMBRO DE 2017: PERNAMBUCO NO CONTEXTO NACIONAL/REGIONAL

O desempenho do comércio varejista (ampliado e restrito) no resultado acumulado do ano, ou seja, de janeiro a outubro de 2017, comparativamente ao mesmo período de 2016, pode ser visualizado no **Gráfico 9**. Trata-se de informações para o país como um todo e para os estados de Pernambuco, Bahia e Ceará – economicamente os três mais importantes do Nordeste. Ressalte-se que as variações do volume

de vendas em Pernambuco (3,9% no varejo ampliado e 4,9% no restrito) são diferenciadas positivamente dentre os territórios incluídos na análise. Bahia: 0,2% e -1,4%; Ceará: 0,4% e -3,0%; (restrito e ampliado, respectivamente). No país como um todo, observam-se as seguintes variações: 1,3% no varejo restrito e 2,7% no ampliado – portanto desempenho positivo, mas também inferior ao do varejo pernambucano.

Gráfico 9 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação acumulada no ano do volume de vendas Varejo, em % - janeiro-setembro2017 (base: janeiro-setembro/2016)

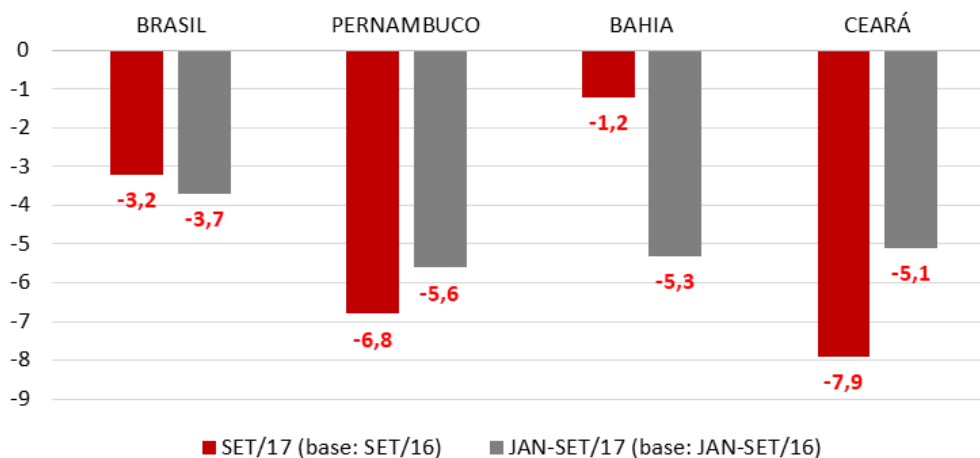


Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Por outro lado, no que diz respeito ao segmento de prestação de serviços (Gráfico 10), observe-se que o volume de prestação de serviços em Pernambuco se retrai, tanto no confronto de junho de 2017 com junho de 2016, quanto no resultado acumulado (janeiro-setembro de 2017, tendo por base o mesmo período do ano anterior): -6,8% no mês de setembro; e -5,6% no resultado acumulado do ano. Na Bahia, as reduções são, respectivamente: -1,2% e -5,3%. No

Ceará: -7,9% e -5,1%. E, no Brasil: -3,2% e -3,7%. Portanto, todos os resultados são negativos – tanto o mensal quanto o acumulado. Ademais, diferente do que se apontou para o comércio varejista, o desempenho, mensal e acumulado, no ano, do segmento de prestação de serviços em Pernambuco se dá com variações negativas mais fortes do que as observadas para o país como um todo.

Gráfico 10 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação em junho de 2017 e variação acumulada no ano, do volume de Serviços, em % - janeiro-setembro/2017 (base: mesmo período de 2016)

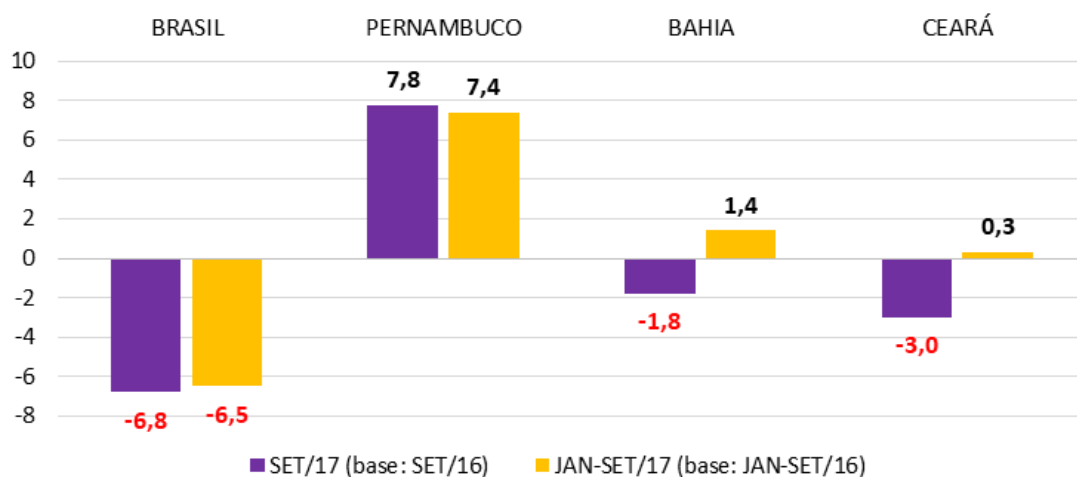


Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Por fim, o desempenho referente ao segmento de turismo também é contemplado na análise desenvolvida nos Boletins mensais da Fecomércio, conforme ilustrado no **Gráfico 11** – que contém, como de praxe, o indicador mensal do volume das atividades turísticas (setembro de 2017 confrontado com setembro de 2016 e o índice acumulado do ano). Em ambos os casos, o desempenho do turismo em Pernambuco é positivo e bastante diferenciado, em relação

ao país como um todo e aos estados do Ceará e da Bahia. De fato, o volume de serviços de turismo cresce em Pernambuco 7,8% em setembro e 7,4% no acumulado do ano (janeiro a setembro). Isso ocorre em um cenário em que o país ainda apresenta fortes quedas nesse importante segmento econômico: -6,8% em setembro e -6,5% no resultado acumulado do ano. Os dados para o Ceará também se situam bem abaixo dos obtidos por Pernambuco.

Gráfico 11 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de Atividades Turísticas, em % - setembro/2017 e janeiro-setembro/2017 (base: mesmos períodos do ano anterior)



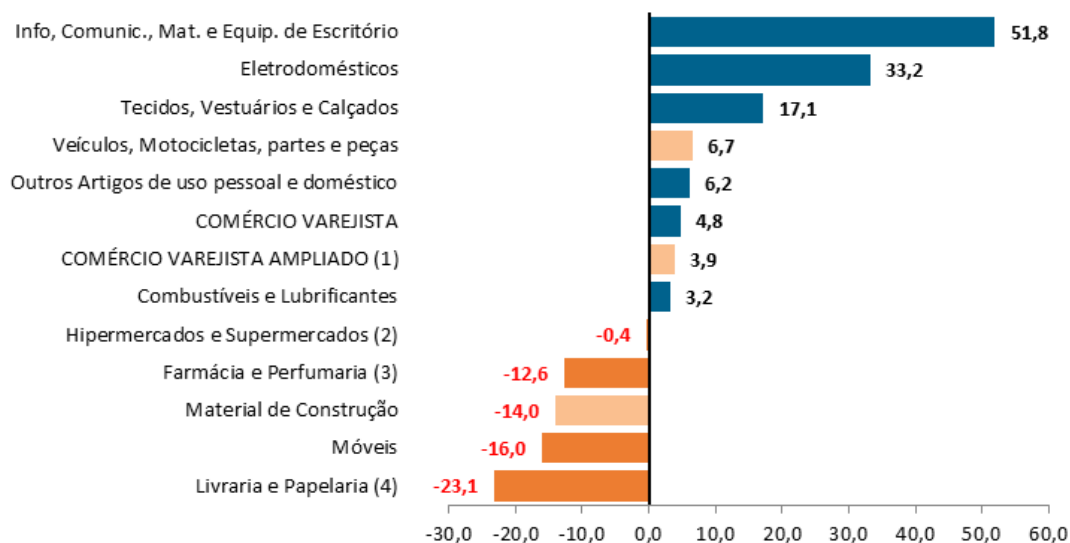
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

3. SEGMENTOS DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS EM PERNAMBUCO

Nessa seção, mantém-se procedimento habitual em todas as edições do Boletim Fecomércio-PE, ou seja, é incorporado detalhamento da composição do comércio e dos serviços por grupos de atividade. Por essa razão, é conveniente que mais uma vez seja feita referência ao caráter dual da abordagem do varejo. Primeiro, composição – conforme as atividades específicas – do **comércio varejista na acepção tradicional** e mais conhecida: combustíveis e lubrificantes; hipermercados e supermercados; tecidos, vestuários e calçados; móveis; eletrodomésticos; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos,

de perfumaria e cosméticos; livros, jornais, revistas e papelarias; equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; outros artigos de uso pessoal e doméstico. Acrescentando-se a tal conjunto as atividades concernentes a veículos, motocicletas, partes e peças, além de material de construção, é revelado o agregado **comércio varejista ampliado**. São assim sistematizadas no **Gráfico 12** informações sobre o acumulado do volume de vendas, no ano de 2017, referentes a cada um dos grupos de atividades dos segmentos do varejo e do varejo ampliado, comparativamente ao mesmo período de 2016.

Gráfico 12 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de vendas por Segmento do Varejo, em % - janeiro-setembro/2017 (base: janeiro-setembro/2016)



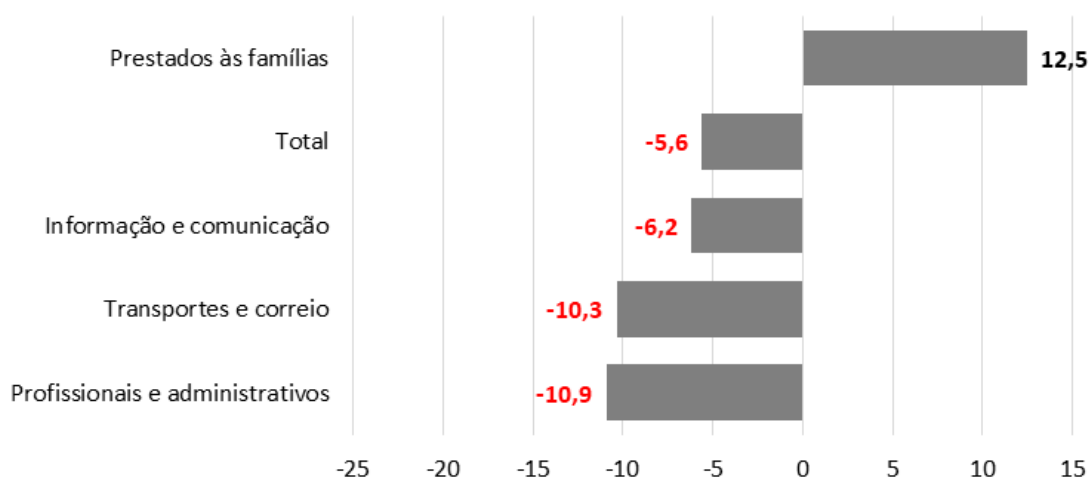
Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi. (1) Inclui veículos e materiais de construção, além dos demais segmentos do varejo; (2) Inclui produtos alimentícios, bebidas e fumo; (3) artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumarias e cosméticos; (4) Corresponde a livros, jornais, revistas e papelaria.

Saliente-se que dos onze segmentos que compõem o comércio varejista seis registram variações positivas, enquanto os cinco restantes continuam apresentando variações negativas no resultado acumulado do ano de 2017. Entre os positivos, destacam-se: informática e comunicação equipamentos e materiais para escritório, (51,8%); eletrodomésticos (33,2%); e, tecidos, vestuários e calçados (17,1%). Entre os negativos: livraria e papelaria (-23,1%); móveis (-16,0%); e material de construção (-14,0%). Por outro lado, os resultados agregados são positivos: 4,8% no varejo restrito e 3,9% no ampliado. Portanto, no geral, espera-se que o varejo pernambucano encerre o ano de 2017

com um desempenho superior ao observado no ano anterior e acima da média nacional.

No que diz respeito aos segmentos de prestação de serviços – ver **Gráfico 13** – a retração (acumulada no ano) das atividades que compõem esse segmento é quase generalizada. Com exceção de ‘serviços prestados às famílias’ (significativa variação positiva de 12,5% no resultado acumulado do ano), os demais segmentos têm desempenho negativo: ‘transportes e correio’ (-10,3%); ‘serviços profissionais e administrativos’ (-10,9%); e ‘informação e comunicação’ (-6,2%).

Gráfico 13 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de Serviços, segundo as Atividade, em % - janeiro-setembro/2017 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

4. SÍNTESE E PERSPECTIVAS

A trajetória recente da economia brasileira é de lenta recuperação, embora ainda não se possa contar com uma retomada robusta e sustentável. Todavia já se pode afirmar que 2017 vai chegando ao final com o país em situação econômica bem melhor que a experimentada desde 2014, e, particularmente, em 2015 e 2016. Os dados disponíveis revelam que se trata de um percurso que vem sendo lentamente trilhado. Dá-se como praticamente certo que o produto nacional permanecerá, nestes meses finais do ano, alcançando variações positivas. Já foi mencionado, neste Boletim, que o PIB deverá chegar a um crescimento de 0,73% – conforme estimativas do próprio governo. A despeito de inferior a um por cento, o resultado deverá ser objeto de celebração, principalmente pelo fato de se traduzir em significativos pontos percentuais acima do registrado nos dois anos imediatamente anteriores.

Coerentemente, com tal quadro de recuperação econômica, o mercado de trabalho também revela sinais de gradual recuperação. Paulatina redução da desocupação da força de trabalho (IBGE) e formação de saldos positivos de geração de empregos formais são indicadores que atestam esse novo momento do mercado de trabalho, instância econômica de grande importância em termos de redução do custo social gerado pela crise que, enfim, parece estar encontrando uma saída.

No entanto a melhora que vem se dando nessa esfera da economia ainda se dá com preeminência de geração de ocupações informais – alternativa utilizada por trabalhadores que não conseguem retornar ao posto de trabalho formal anterior à crise, e por novos entrantes no mercado de trabalho. Engajamento em trabalho autônomo é a porta de saída do desemprego para trabalhadores dos mais variados estratos sociais. Mas tem importância significativa o estrato social que envolve egressos de famílias

de menor renda, socialmente mais vulneráveis, que permanecem por mais tempo fora da rede de proteção social. Esse protagonismo da informalidade é um dos preços cobrados por uma severa recessão, cujo ineditismo, em termos de profundidade e extensão temporal, já foi assinalado neste e em relatórios anteriores. Sabe-se, por outro lado, que em casos de maior dotação de recursos oriundos de poupança e de verbas rescisórias, alguns logram estabelecer um micro-emprego, que pode vir a se tornar de sucesso, mas isso é algo alcançável por poucos dos que se aventuram. Mas quando a economia como um todo avança e a taxa de investimento se recupera, o ambiente econômico pode contribuir para aumentar as chances de sucesso de novos empreendimentos.

Importante assinalar que vem permanecendo, nesta segunda metade de 2017, o sentimento de que há um relativo descolamento entre as esferas da economia e da política. Isso aparenta agora ser mais visível do que no primeiro semestre deste ano, embora não se deva subestimar o potencial da política para gerar novas situações de embaraço para a economia. Uma das razões para isso é a consolidação da tendência de queda da inflação e o confortável patamar de cerca de 3,0% que se desenha para o crescimento dos preços em 2017. A decorrente redução da taxa básica de juros da economia é outro importante elemento, agora esperando-se que seja reduzida a 7,0% até o final do ano, estabelecendo-se assim a menor marca desde o início da era do Real. Uma correspondente redução do crescimento dos encargos da dívida pública é outro fator de alento para os agentes econômicos desde que este não persista em ações que podem levar a adiamento de reformas constitucionais e em atos que resultem em aumento do déficit público, entre outros descaminhos. Nesse terreno, boa governança é elemento básico e imprescindível.

A significativa e consistente redução da inflação (de quase 11% em 2015 para as atuais cercanias de 3,0%), por outro lado, propicia crescimento da renda real do trabalho, o que responde por parte da variação positiva do PIB, que vem sendo observada nos últimos três trimestres.

Todavia a recuperação que se observa seria – a esta altura – mais sólida e sustentável se reformas estruturais, como a da Previdência Social e a Reforma Tributária enfrentassem menos dificuldades para suas aprovações e se o governo atual tivesse maior credibilidade entre os agentes econômicos e a própria população.

O déficit fiscal do setor público permanece elevado e tende a ser mais desafiador ainda diante da dificuldade do governo de controlar os gastos públicos, mesmo depois da recente revisão, para cima, das metas de déficit fiscal (159 bilhões de reais em 2017 e igual valor em 2018). Por outro lado, mesmo que algumas unidades da federação venham escapando de agravamento da crise fiscal, permanecem graves problemas nas contas públicas de estados e municípios.

Ademais, avizinha - se o ano eleitoral de 2018, e tal contingência tende a impor maiores restrições a iniciativas bem - sucedidas de reformas estruturais. A crise fiscal do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais exigirá medidas duras que demandarão tempo e disposição política. Os benefícios, a ser possivelmente auferidos em médio e longo prazo, repousam na hipótese otimista de que o ambiente econômico – seguindo-se

ao político – não apresente novos retrocessos. Todavia a cautela ainda existente, tanto no meio empresarial quanto entre consumidores, é perfeitamente compreensível.

Espera-se, no entanto, recuperação mais rápida e mais sólida, permitindo a atração de capitais por meio de diversas modalidades de financiamento para projetos de infraestrutura; alternativa que teria impacto mais forte e imediato na redução do desemprego e na retomada da economia, especialmente nos segmentos que se vinculam diretamente ao mercado consumidor – entre os quais, o comércio varejista e o da prestação de serviços.

O mais importante, no momento imediato, é a perspectiva de superação da crise. Reitere-se: trata-se de uma crise com ineditismo na natureza e na extensão, sem precedente na história da economia brasileira, desde que – em 1930 – passou a perseguir a industrialização como foco da política de desenvolvimento. A crise que o país apenas começa a superar se dá, agora, em uma economia fortemente terciária-industrial, com um moderno agronegócio e um setor terciário avançado. A perda de valor econômico, em um aparelho produtivo como o atual, é imensa e leva a enorme prejuízo social, do qual o elevado desemprego é a face mais visível, mas infelizmente não exclusiva. Aumento da informalidade, desajustes sociais, atordoamento da população são aspectos presentes na realidade, mas geralmente invisíveis em diagnósticos técnicos envoltos em racionais abordagens econômicas.

Ademais, enfrenta-se uma crise com componentes políticos dramáticos, em um país que urgentemente necessita de modernizar e de inovar em instituições econômicas e sociais, algumas demandando mudanças constitucionais, cuja viabilidade depende de uma adequada pactuação política. Tudo isso acontece às vésperas de uma eleição (presidencial e congressual) em contexto de país o qual passa por depuração de uma governança marcada por patrimonialismo e extensivas práticas de corrupção nos negócios e na relação entre governo e iniciativa privada. É em tal contexto que vêm despontando novas oportunidades e iniciativas de segmentos da população em busca de criação de alternativas

de oportunidades de empreendedorismo, o que se dá em todos os setores da economia, mas particularmente nos segmentos de comércio e serviços. Trata-se de uma via que, devidamente apoiada por mecanismos institucionais, pode – em curto e médio prazos – significar criação e formalização de postos de trabalho.

O melhor cenário para o futuro imediato seria o de avanço em termos de reformas estruturais e de políticas que evitassem aprofundamento dos déficits fiscais dos estados e da União. Surpresas desagradáveis nessa área podem ser muito prejudiciais ao afetar negativamente as expectativas dos agentes econômicos.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contas Nacionais Trimestrais. 3º Trimestre/2017.

Pesquisa Mensal do Comércio.
Setembro/2017.

Pesquisa Mensal dos Serviços.
Setembro/2017.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Setembro/2017.

Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. Outubro/2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.** Outubro/2017

EXPEDIENTE - FECOMÉRCIO-PE

Presidente: Josias Silva de Albuquerque
Diretora-executiva do Instituto Fecomércio: Brenna Castelo Branco
Economista: Rafael Ramos
Designer: Nilo Monteiro
Revisão de Texto: Glauce Dias

EXPEDIENTE - CEPLAN-PE

Jorge Jatobá
Tania Bacelar
Osmil Galindo
Roberto Alves
Ademilson Saraiva

Sede provisória Rua do Sossego, 264, Boa Vista,
Recife, Pernambuco, CEP 50.050-080
Tel.: (81) 3231-5393 (PABX)

Anexo: Rua Bispo Cardoso Ayres, 147, Sala 105,
Santo Amaro (esquina com a Rua do Príncipe)
Recife, Pernambuco, Brasil, CEP 50.050-135
Tel.: (81) 3423-8423 | 3423-7440 (PABX)

